

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.6 SET / OUT '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00

ORGANIZA-TE!

POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

UM PAÍS CONDENADO
ÀS CINZAS? P4

O IMPEACHMENT E O
#FORATEMER P6

AOS ESTUDANTES QUE
LUTAM P8

SHOOT
DOWN FEES
NOT US!

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismo-revolucionario.org
info@socialismo-revolucionario.org
socialistworld.net 96 959 02 08



TRANSPORTES PÚBLICOS: NÃO À DEGRADAÇÃO! NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

Editorial

A degradação planeada dos serviços de transporte público colectivo já era evidente durante a vigência do anterior governo e das administrações a ele afectas. Agora, esse processo tornou-se escandaloso. É tempo de agir!

DEGRADAR PARA PRIVATIZAR

A estratégia é antiga: para justificar a privatização dos sectores chave da economia, degrada-se de forma propositada os serviços públicos detidos e geridos pelo Estado. A mesma classe dominante que se queixa da “ineficiência” do Estado na gestão dos bens e serviços colectivos controla essa gestão danosa, tudo em nome do saque às conquistas históricas da classe trabalhadora.

Um dos exemplos mais claros tem sido o Metro de Lisboa. O despedimento de 300 trabalhadores, entre os quais 45 maquinistas, a paralisação de material circulante devido à falta de manutenção, a diminuição da velocidade de circulação, entre outros problemas, têm causado o caos.

Mas o Metro de Lisboa não é caso único. Na Carris, centenas de carreiras são canceladas diariamente, há autocarros que são deixados sem utilização e os trabalhadores são pressionados a trabalhar tempo extra e a abdicar de férias, segundo o Sindicato de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal (STRUP). Na TST mais de 90 autocarros estão parados por falta de manutenção e todos os dias motoristas apresentam-se ao serviço sem ter viatura com a qual trabalhar enquanto os utentes — outros trabalhadores — ficam privados dos seus transportes, da

sua mobilidade.

Na Soflusa, mais uma vez, a falta de manutenção de barcos e falta de trabalhadores obriga estes últimos a jornadas de trabalho extenuantes que colocam em risco a sua saúde física e mental assim como a segurança dos próprios utentes. Dezenas de barcos são suprimidos diariamente.

O mesmo tipo de cenário é observado nos transportes ferroviários, com especial ênfase na Linha de Cascais. Este é um processo que se estende a todo o país, mas há um apetite especial pelos transportes urbanos de Lisboa e Porto — os mais lucrativos. Tentando colocar trabalhadores contra utentes, a burguesia e os seus governos preparam a privatização.

GOVERNO NOVO, POLÍTICA VELHA

Esta política privatizadora foi intensificada pelo anterior governo PSD/CDS — que, entre outras medidas, reduziu o número de carruagens da Linha Verde para metade, mesmo em hora de ponta, segundo a Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa (CUTL) e a Federação de Sindicatos de Transportes e Comunicações (FEC-TRANS). Mas não foi de forma alguma abrandada pelo actual governo PS e pelas suas administrações, sob a complacência da Câmara Municipal de Lisboa.

Não havia condições políticas para o PS defender a privatização dos transportes urbanos antes das eleições legislativas, mas isso não o impede agora de preparar o terreno para a futura privatização, deixando colapsar os serviços e continuando a atropelar os direitos dos trabalhadores, quer em condições de trabalho e segurança, quer em ter-

mos de direitos conquistados — recordemos que as 35 horas ainda não foram aplicadas às empresas públicas de transportes.

À LUTA PELOS TRANSPORTES!

Não podemos confiar neste governo para defender transportes públicos de qualidade e universais. Apesar da retórica de esquerda, a prática continua sendo de direita. Que mais poderíamos esperar do PS?

Só uma campanha de mobilização que junte trabalhadores e utentes pode alcançar esse objectivo. É por isso que o Socialismo Revolucionário dá todo o seu apoio à concentração de trabalhadores e utentes convocada pela CUTL para dia 22 de Setembro, às 18h, no Cais do Sodré. Essa acção deve ser o ponto de partida para um plano de luta, para uma mobilização crescente dos utentes e trabalhadores que reivindique o fim imediato da degradação dos serviços, que exija a contratação de mais trabalhadores e a manutenção do material circulante, que atenda às exigências dos trabalhadores por salários dignos e pela semana de 35 horas de trabalho.

Seguindo a experiência da luta dos estivadores do porto de Lisboa, uma campanha assim só se pode construir pela base, com plénários abertos à participação dos utentes e das suas organizações. Deve ser delineada uma estratégia que aponte para a conquista de todas as reivindicações-chave, num crescendo de acção que não dê tréguas ao governo e aos patrões!

Há-que obrigar o governo de António Costa a passar da retórica aos actos. Se de facto se pretende defender a rede pública de transportes, então nacionalizem-se todas as empresas privatizadas ou concessionadas após a Revolução de 1974 — que regresse a Rodoviária Nacional! Devemos ainda exigir o financiamento adequado por parte do Estado e a elaboração de um plano democrático, sob o controlo de trabalhadores e utentes, para a construção de uma rede nacional de transportes públicos que responda às actuais necessidades do povo trabalhador e do ambiente, ao invés de responder aos lucros de meia dúzia de grandes empresas parasitárias.

PORTUGAL, UM PAÍS CONDENADO ÀS CINZAS?



Incêndios em São Pedro do Sul, foto de Nuno André Ferreira LUSA

João Reberti e Francisco Raposo

O passado mês de Julho foi o mês mais quente, globalmente, desde que há registos — ou seja, o mês mais quente dos últimos 140 anos. Este fenómeno é o culminar duma tendência ascendente das temperaturas médias do planeta.

A questão ambiental é abordada por todos os campos do espectro político, desde os “negacionistas” — os que negam a existência de alterações climáticas provocadas pelos humanos — até aos “capitalistas verdes” — os que acreditam num capitalismo com incentivos para o investimento em tecnologias verdes e energias renováveis.

Povos de diversos arquipélagos no oceano pacífico, como é o caso dos habitantes das ilhas de Vanuatu, deparam-se com um aumento do nível médio das águas mais rápido do que o esperado e temem a submersão das suas terras, assim como a ocorrência cada vez mais frequente de catástrofes ambientais. O degelo das calotes polares põe em risco a sobrevivência de milhares de habitantes circundantes. E muitos outros exemplos poderiam ser dados. Em Portugal, as alterações climáticas manifestam-se sobretudo no flagelo dos incêndios, que incide especialmente sobre aqueles que menos têm.

Contrariamente ao que é defendido pelo senso comum, reforçado pelos media, a explicação para a recorrência dos incêndios não é a geração espontânea de piromaniacos

e uma justiça de pulso fraco.

A primeira questão, de ordem psicosocial, o piromaniaco é o produto de uma sociedade doente. Não vamos explorar isso aqui.

A segunda questão é uma falsa questão. Punições mais severas não eliminariam a origem do problema. É extremamente irracional uma sociedade que, cheia de condições, ao invés de as sanar procura punir os seus detractores.

QUAL É, DE FACTO, A ORIGEM DO PROBLEMA?

Marx diz-nos no primeiro capítulo d’A Ideologia Alemã que “A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie para a civilização, do sistema tribal para o Estado, da localidade para a nação, e estende-se através de toda a história da civilização até aos nossos dias.” É a luta entre a emergente classe burguesa e a nobreza feudal, uma luta por uma força de trabalho livre e servos, que leva ao abandono do campo. Este processo, por sua vez, possibilita o surgimento de grandes latifúndios, a concentração dos terrenos num número muito menor de proprietários. É assim que as terras se tornam capital e são submetidas à lógica do mercado.

Em Portugal, durante o fascismo, o domínio da terra estava intimamente ligado ao poder e ao controlo sobre as classes trabalhadoras — assalariados e não só. O

êxodo rural verificado nos anos 60 levou ao abandono de terras por parte desses assalariados e pequenos proprietários como, também, por parte dos grandes proprietários que se viram sem força de trabalho. Com a integração europeia, acelerou-se a liberalização do mercado até à quase total ausência de planificação.

É neste processo que se dá o estágio final de transformação da paisagem rural. Com a liberalização do mercado, o país encontra-se verdadeiramente submetido à divisão internacional do trabalho. Se o mercado “decide” se “hás de construir barcos para a Polónia ou cabeças de alfinete para a Suécia, se hás de plantar tomate para o Canadá ou eucaliptos para o Japão”, então é apenas natural que o caos se instale. Nem a classe dominante portuguesa controla hoje o que se produz em Portugal. E estas relações sociais de produção, isto é, a propriedade privada e a divisão do trabalho, são hoje um entrave para o desenvolvimento da sociedade.

A falta de limpeza dos terrenos, face à falta de incentivos para os seus proprietários o fazerem, é o combustível que alimenta os incêndios. Geração após geração, herança após herança, disputa atrás de disputa, a configuração que divide os terrenos impossibilita um planeamento tanto para a sua sustentável utilização como para diminuir os riscos de incêndio. Se estes se encontrassem cultivados, a possibilidade do incêndio se alastrar estaria reduzida. Se estes estivessem coletivizados, seria da preocupação da

comunidade cuidar dos terrenos, já que seria do seu interesse garantir que não existiriam incêndios.

Os incêndios que periodicamente devastam as nossas florestas são fonte de avultados lucros para alguns sectores da burguesia. Desde logo, as empresas que comercializam material de combate a fogos. Mas também, e talvez de forma mais gritante, as empresas que detêm os chamados meios aéreos. Um país com as características de Portugal — 40% do país é área florestal — obviamente necessita desses meios: bombardeiros e helicópteros adaptados a combate a fogos. O que não se percebe é que esses meios estejam sequestrados por empresas privadas que sugam milhões e milhões de euros desde que há 20 anos se privatizou o combate aéreo a incêndios.

O Socialismo Revolucionário valoriza a acção abnegada de muitos homens e mulheres que se empenham na protecção civil como Bombeiros Voluntários. O que defendemos é que o Estado deve assumir a profissionalização dos corpos de bombeiros e deter todos os meios adequados para o cumprimento das tarefas de prevenção e combate de incêndios. Mas estamos perfeitamente cientes que não são estas as intenções do governo. De facto, para os governos PS

e PSD/CDS, até o corpo de guarda florestais para prevenção e detecção de incêndios é tido como um excesso. Os guardas florestais foram extintos para “conter custos”!

Trata-se de um cocktail explosivo: o aumento da temperatura média global, a eucaliptação dos terrenos, o desfalque dos meios de intervenção, a falta de ordenamento territorial e de planos para a devida utilização do potencial agrícola e arbóreo de Portugal, são factores que só anunciam verões mais difíceis. Temos de escolher: deixamos que esta situação se agrave cada vez mais por capricho da burguesia, ou tomamos controlo das nossas vidas, decidindo o que produzir e como produzir? Somos nós, os trabalhadores e os pobres, os primeiros a sofrer com todas as catástrofes, quer seja um acidente no trabalho, quer seja a fuga de uma central nuclear!

Vivemos num modo de produção, o capitalismo, que assenta em relações de propriedade caducas. A única forma de garantir que tanto a incidência dos incêndios diminui como o seu combate se torna efectivamente mais eficiente é alterando fundamentalmente o modo como a sociedade está organizada. Nesse sentido, a colectivização das terras abandonadas e a planificação da produção agrícola sob o controlo das popu-

lações locais e dos trabalhadores, prevenindo a eucaliptação das terras, criará riqueza e aumentará a nossa capacidade produtiva numa perspectiva sustentável; diminuirá drasticamente a incidência dos incêndios; permitirá alocar recursos para outros sectores deficientes. A nacionalização de todos os meios de combate a incêndios é fundamental para pôr termo ao pernicioso incentivo existente para os actuais donos dos mesmos. Em suma, uma forma diferente de organização da vida social, baseada na propriedade comum e na democracia socialista, é a única solução para este problema.

Então, nessa nova sociedade, sem incentivos económicos para o fogo posto — ninguém ganharia nada com um incêndio —, se ainda fosse possível os piromaniacos continuarem a existir, que impacto teriam? Sem terrenos abandonados, sem eucaliptos a infestar descontroladamente a paisagem, não seria muito mais fácil prevenir e apagar incêndios?

Em vez de pedir a pena de morte e o internamento compulsivo dos incendiários, defendamos a planificação da economia e a propriedade comum. Só desta forma conseguiremos responder aos desafios do século XXI: ultrapassando o capitalismo, que já está velho e bolorento.

Fumo intenso ao longe, foto autor desconhecido



A FARSA DO IMPEACHMENT SÓ SERVE AO GRANDE CAPITAL!

FORA TEMER! ELEIÇÕES GERAIS JÁ! GREVE GERAL EM DEFESA DOS DIREITOS!

Comitê Executivo da Liberdade Socialismo e Revolução, CIT no Brasil

O salão acarpetado do plenário do Senado Federal foi mais uma vez palco de uma infâmia sem tamanho.

A votação definitiva do impeachment de Dilma Rousseff, nas condições espúrias em que se deu, representa um perigosíssimo precedente que coloca em sério risco os direitos democráticos do povo brasileiro.

As trapaças, fraudes e manobras políticas, jurídicas e midiáticas utilizadas para fazer valer o impeachment nos dão uma dimensão do nível de putrefação do sistema político brasileiro.

Nada se pode esperar desses velhos e notórios corruptos de paletó e gravata que não demonstram nenhum pudor em fazer e desfazer desde que isso atenda aos interesses de seus senhores, o grande capital.

Se essa elite política reacionária foi capaz de fazer isso contra uma presidenta que não representou nenhuma séria ameaça à injusta ordem estabelecida, imagina-se do que serão capazes contra forças políticas de esquerda e da classe trabalhadora que de fato representem mudanças estruturais e radicais no país.

A decisão do Senado reitera uma constatação antiga: nossa “democracia” não é pra valer, ela mantém as aparências apenas quando isso é conveniente aos donos do capital.

A decisão do Senado é parte importante do projeto que aprofunda os ataques e contrarreformas contra os trabalhadores em favor do grande capital em meio a uma das mais graves crises da história do país.

Para garantir os privilégios dos de cima, eles precisam pisar nos direitos dos de

baixo. Esse é o vergonhoso papel destinado à deprimente figura de Michel Temer.

O governo de Temer, agora ungido pela decisão do Senado, não poupará esforços em sua cruzada contra os direitos sociais e trabalhistas. Para cumprir seu papel não vacilará no ataque aos direitos democráticos, incluindo o direito de organização e manifestação.

O novo impulso desse governo ilegítimo contra os trabalhadores só poderá ser contido pela luta unificada da classe trabalhadora e do povo.

Quando já não tinha mais como reverter a posição pró impeachment da maioria dos senadores, Dilma Rousseff criticou parte das contrarreformas e ataques de Temer em seu último discurso. Mas, grande parte desses ataques teve início em sua própria gestão e nenhuma autocrítica dela ou do PT foi feita.

Desacreditada e sem apoio popular depois de contrariar seu discurso de campanha e adotar o programa de seu adversário, Aécio Neves, a presidenta Dilma já não tinha força política para levar adiante o projeto de cortes, privatizações e contrarreformas que tentou implementar. Isso levou o núcleo principal da classe capitalista a apostar em um “novo” presidente que, ainda por cima, não se apresentará para a reeleição e não depende da aprovação popular.

As grandes mobilizações contra Temer desde a abertura do processo de impeachment, naquela fatídica sessão da Câmara dos Deputados presidida pelo corrupto Eduardo Cunha, deixaram claro que há disposição de luta e resistência por parte dos trabalhadores e do povo. Mas, essas mobilizações foram

direta ou indiretamente sabotadas ou freadas pela direção do PT e seus aliados diretos.

Desde o princípio, Lula e o PT apostaram numa repactuação com as forças políticas no Congresso e com o grande capital. A vocação para a conciliação de classes que é, no limite, a causa fundamental do fracasso do Lulismo, está em seu código genético. Não aprenderam e não aprenderão nada de sua derrota.

O golpe parlamentar denunciado por Dilma na tribuna do Senado não foi confrontado como deveria nem mesmo pelos dirigentes do PT.

A ideia de que a luta contra o impeachment pudesse implicar na volta de Dilma por si só já impedia que essas mobilizações tivessem força suficiente para derrotar as manobras palacianas. Nesse contexto, era fundamental a defesa de uma política em que o povo deveria ter o poder de decidir sobre quem deve governar, ou seja, a convocação de novas eleições com regras realmente democráticas.

Quando a própria Dilma, depois de muita resistência, acaba por aceitar a ideia de novas eleições (achando que isso reverteria o voto de alguns senadores), seu próprio partido, o PT, rechaçou a ideia. A direção petista e o próprio Lula demonstraram acomodação à ideia de que Temer poderia governar até 2018, desgastando-se e criando condições para que Lula pudesse voltar nas mãos do povo.

Terrível ilusão! Se conseguir consolidar-se e governar até 2018, Temer irá promover um histórico retrocesso para a classe trabalhadora brasileira. E a ofensiva contra quem se levantar contra isso não será desprezível. O próprio Lula, por mais que aposte na con-



Manifestação em São Paulo pelo #ForaTemer da Frente Povo Sem Medo, estandarte da LSR ao centro

ciliação, está na mira da Lava Jato e dificilmente chegará intacto a 2018.

Além disso, existe uma forte dose de cinismo nessa política da direção do PT. As próprias medidas duras que Temer venha a adotar não deixam de ser vistas por dirigentes do partido como um mal necessário. Nesse sentido é preferível que Temer promova as contrarreformas e carregue o ônus. Isso livra o PT desse fardo e permite que o partido volte a usar uma retórica crítica, de “esquerda”, como costuma fazer nas vésperas das eleições.

Não se pode mais ter qualquer ilusão no papel da direção do PT tanto no que se refere à luta contra Temer, como em relação à construção de uma alternativa de poder no país pela esquerda.

É preciso que se construa a mais ampla unidade para lutar contra Temer e seus ataques. Essa unidade na luta deve criar as condições para uma greve geral contra os ataques de Temer. Mas, é preciso também que se construa nesse processo uma alternativa política de esquerda e socialista em relação ao próprio PT e seus aliados dire-

tos. É preciso que se construa uma Frente de Esquerda Socialista envolvendo o PSOL, PSTU, PCB, organizações socialistas não legalizadas e também movimentos sociais classistas e combativos como o MTST, a CSP-Conlutas, etc.

Essas são as tarefas da esquerda socialista consequente e de todos os militantes do movimento sindical e popular, da juventude, das mulheres, LGBTs e todos os oprimidos. Não há tempo a perder!

Fora Temer! Eleições Gerais Já! Greve geral em defesa dos direitos!

AOS ESTUDANTES QUE LUTAM



O movimento Fees Must Fall, dos estudantes universitários sul-africanos contra as propinas

Ysmail X e Afonso Fantarada

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NA UNIVERSIDADE

O artigo da camarada Minerva Martins no nº4 d'A Centelha já expôs muito sucintamente as transformações que o Ensino Superior sofreu com a Revolução Portuguesa de 1974. Entre estas, as mais determinantes foram a gratuitidade do ensino público, que significou a sua acessibilidade a centenas de milhar de jovens de classe trabalhadora que tinham igualmente garantida a educação até ao ensino secundário, e a criação de órgãos de decisão que integravam os alunos e os trabalhadores da universidade (docentes ou não). Mas as conquistas da Revolução, com a vitória da contra-revolução, viram-se integradas naquilo a que chamamos democracia burguesa (ou liberal), i.e., um entre os vários regimes políticos possíveis em capitalismo. Ora, sob capitalismo, nenhuma conquista está assegurada.

Os órgãos democráticos das instituições de ensino, sujeitos aos órgãos superiores do Estado burguês, foram desmantelados pau-

latina mas sistematicamente pelos sucessivos governos do Partido Socialista e Partido Social Democrata, com apoio do Partido Popular (CDS-PP), até à entrada na União Europeia que facilitou, sob o argumento de modernizar o ensino em Portugal e acompanhar a Europa, a redução dos estudantes a clientes. Hoje, em qualquer universidade pública, como se não bastasse o poder que a burguesia exerce através dos seus partidos e governos, existem representantes do capital nos órgãos superiores de decisão, através da entrada de capital privado nas universidades públicas, detendo neles, directamente, muito mais influência do que todos os estudantes, docentes e restantes trabalhadores juntos. A única democracia que a burguesia tolera, parafraseando Marx, é aquela que permite aos oprimidos escolher de tantos em tantos anos que representantes dos opressores devem representá-los e reprimi-los.

Agravando o esvaziamento democrático do ensino, o orçamento do Estado dedicado à Educação foi reduzido até níveis de subfinanciamento e, apresentadas como solução, foram instauradas as propinas. Aumentando até atingir níveis superiores a mil euros para um ano de estudo em licenciatura, estas

tornaram a universidade inacessível para camadas crescentes de jovens de classe trabalhadora, especialmente após a crise económica de 2007.

Ora, sabemos que a história de toda a sociedade até aqui é a história das lutas de classes. Se a primeira abrupta transformação da universidade, em 1974-75, foi um resultado das vitórias dos trabalhadores, conquistadas em catadupa durante a Revolução, esta segunda transformação foi um resultado das derrotas do movimento operário nacional e internacional desde a crise económica da década de 70.

Não temos espaço para tratar aprofundadamente essas derrotas neste artigo, mas é necessário não as esquecer. As contra-reformas do Código do Trabalho, a estagnação dos salários reais, as privatizações das empresas nacionalizadas durante a Revolução e as incontáveis cedências da burocracia sindical que permitiram tudo isto são algumas das derrotas a manter em mente. A mais significativa de todas elas, no entanto, foi a queda das economias planificadas — a URSS e todo o Bloco de Leste. A ofensiva ideológica da burguesia que acompanhou estas derrotas dos trabalhadores e se fez

sentir com toda a sua força após essa castrófica queda significou, nas universidades, que as ideias de Marx e Engels — há tanto rebaixadas pela estreiteza de pensamento dos académicos que as parcelavam em “sociologia”, “economia”, “história”, “filosofia” e restantes compartimentos burgueses para a ciência social — foram simplesmente retiradas dos programas lectivos ou reduzidas a notas que, além de caricaturais, nunca ultrapassam alguns pares de páginas.

Esta contra-revolução nas universidades encontra-se actualmente na sua última fase e tem no actual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) o seu reflexo jurídico mais completo.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL HOJE

Escamotear a situação actual não nos ajudará de modo algum a transformá-la. Hoje, o chamado movimento estudantil do ensino superior, ao contrário do que se poderia imaginar pelos discursos das direcções dos partidos de esquerda e das suas organizações de juventude, não passa, exceptuando raros e isolados casos, de uma rede de Associações de Estudantes (AE) essencialmente dominada pela Juventude Socialista e pela Juventude Social Democrata. Fora destas, existem alguns grupos de esquerda, entre os quais se contam os núcleos da Juventude Comunista Portuguesa — que detêm um pequeno número de AE e se encontram parcialmente organizados na maioria das faculdades — e algumas plataformas de activismo frouxamente organizadas onde se pode encontrar militantes do Bloco de Esquerda. Aquilo que estes grupos têm conseguido, sob os ataques impiedosos dos governos de direita, são pequenos melhoramentos das condições — como uma nova sala de estudo ou uma melhor distribuição das turmas pelas salas de aula —, a organização de eventos culturais, algumas centenas de estudantes em marchas de protesto, o controlo de uma AE ou, nos casos onde a confusão política é mais severa, a participação em AE dirigidas pela direita.

Agora, despojada de todo o seu poder político na universidade, tantas vezes obrigada a trabalhar em condições extremamente precárias para poder estudar e sendo

alvo de uma fortíssima campanha ideológica da burguesia, a presente geração de estudantes universitários de classe trabalhadora começa a compreender que o capitalismo não é capaz de garantir-lhe qualquer futuro. O que tem de compreender em seguida é o seu papel na luta por uma sociedade capaz de lhe garantir um futuro — uma sociedade socialista. Isto só é possível se os estudantes mais conscientes actuarem correcta e decididamente.

OS DIFERENTES GRUPOS DE ESTUDANTES

Ainda que correndo o risco de parecer demasiado esquemáticos, insistiremos na necessidade de nos referir a pelo menos quatro grupos de estudantes nas universidades: os reaccionários, os não-politizados, os academicistas e os socialistas. Estas categorias não esgotam de forma alguma a realidade, mas ser-nos-ão muito úteis para guiar a acção nas universidades.

O primeiro grande grupo é constituído por todos aqueles estudantes que se opõem ao movimento estudantil em geral. São os nacionalistas, os membros das juventudes partidárias da direita (JS, JSD e JP), os misóginos, racistas, homófobos, enfim, reaccionários de toda a espécie. Apoiam-se essencialmente nos rituais da praxe para manter e fazer crescer a sua influência. São estudantes provenientes da pequena-burguesia ou mesmo da burguesia e, como dissemos, dominam actualmente as AE.

O segundo grupo, o dos estudantes não-politizados, é não só o mais heterogéneo como também o mais numeroso. De facto, apontar a despolitização da massa estudantil dificilmente é um acto polémico — bastaria olhar para a praxe, que prosperou no terreno da inactividade política até se tornar um fenómeno de massas, quatro décadas após ter sido praticamente extinta pela Revolução. É sabido: a esmagadora maioria dos estudantes declara-se “apolítica”. Entre eles, no entanto, estão jovens de classe trabalhadora que sentem de forma muito aguda a exploração capitalista. A revolta contra o capitalismo, i.e., a sua revolta política, existe e cresce independentemente da forma como estes a entendem ou classificam. E se

tal revolta ainda se manifesta, por vezes, sob a forma de uma hostilidade mais ou menos declarada para com todos os partidos políticos e a própria política, entendida como oportunismo e corrupção, ela não deixa de indicar que muitos destes estudantes podem tornar-se politizados. De facto, tem sido esta a tendência a nível internacional — a explosão dos movimentos estudantis na África do Sul e no Chile são os exemplos mais claros.

O terceiro grupo é constituído por todos aqueles que, actuando politicamente nas universidades (muitas vezes intensamente), entendem os estudantes como um grupo social próprio e, portanto, julgam que o movimento estudantil é independente das lutas de classes. Cheios de ilusões liberais ou social-democratas — cada vez mais uma e a mesma coisa, dada a crise estrutural do capitalismo que atravessamos —, são estes os activistas que se opõem repetidamente a quaisquer tentativas de estabelecer ligações orgânicas entre as organizações de estudantes e organizações de trabalhadores, e por vezes até entre estudantes de diferentes faculdades, garantindo a atomização das lutas. Negando a identidade entre a luta dos estudantes de classe trabalhadora e a luta da restante classe trabalhadora, rejeitam igualmente a identidade nos métodos e, por isso, dificilmente conseguem imaginar acções que excedam as vias legalistas do abaixo-assinado, do protesto simbólico, da panfletagem explicativa (mas nunca agitada). Por falta de melhor termo, chamar-lhes-emos “academicistas” — uma vez que procuram cingir a luta ao espaço da academia e isolar os estudantes como grupo social com interesses próprios. São o principal obstáculo ao desenvolvimento do movimento estudantil, como veremos.

Finalmente, temos os estudantes socialistas, grupo minoritário. Estes são os estudantes que entendem que a base real de todas as batalhas travadas na universidade é a contradição capital-trabalho e que os estudantes de classe trabalhadora só conhecerão vitórias significativas na medida em que forem capazes de articular a luta nas universidades com as lutas de todos os sectores da sua classe. Entre estes contamos vários militantes da JCP e do BE, contidos

por direcções políticas incapazes de os armar com uma leitura clara das tarefas a cumprir, consciente ou inconscientemente dominadas pelo pensamento academicista.

Independentemente da filiação de cada estudante revolucionário, a sua mais premente tarefa é saber distinguir e tornar crescentemente distinguíveis para todos os estudantes estas duas linhas políticas, a academicista e a socialista, ou seja, a reformista e a revolucionária, mesmo no seio do seu partido!

Para tal, o estudante socialista precisa de se bater por dois tipos de organização: uma organização ampla, capaz de organizar os estudantes politicamente activos na faculdade e despertar os inactivos; e a par desta o núcleo do partido.

Tratemos agora dessas organizações, da sua forma de actuação e da sua relação com os já delineados grupos da massa estudantil.

AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES

Não há avanço algum da consciência política dos estudantes sem luta política, e não há luta sem bandeiras, i.e., sem objectivos políticos.

Ora, aqueles que explicam a situação actual pelo desinteresse da maioria dos estudantes não fazem mais do que reproduzir a arrogância e os típicos preconceitos da pequena-burguesia em relação à classe trabalhadora. Se a maioria dos estudantes se encontra actualmente no estado de alienação que lhe é apontado, isso deve-se acima de

tudo aos falhanços das organizações políticas da esquerda, àqueles que se revelam repetidamente incapazes de mobilizar a juventude de classe trabalhadora para um programa de luta, acima de tudo por não serem capazes de produzir um programa de luta.

Onde tal programa, de forma mais ou menos confusa, é de facto erigido, a juventude de classe trabalhadora já demonstrou inúmeras vezes na história recente que está disposta a lutar. Com efeito, a criação de organizações capazes de organizar nas suas fileiras estudantes com diferentes graus de politização é possível apenas se existir um programa com bandeiras adequadas.

Neste momento, o problema transversal às universidades públicas e que afecta todos os estudantes de classe trabalhadora com maior ou menor severidade é o das propinas. Daqui advém muito naturalmente que a bandeira unificadora dos estudantes seja a da abolição das propinas. Essa deve ser a bandeira central de qualquer organização ampla. E se outras bandeiras podem ser levantadas consoante as necessidades específicas de cada universidade e faculdade, todas devem, no entanto, ligar-se à abolição das propinas.

Com este objectivo é possível organizar estudantes não-politizados e envolvê-los no processo de tomada de decisões da organização estudantil, na discussão de um programa de protestos e de recrutamento de estudantes, na participação organizada em Reuniões Gerais de Alunos (RGA), no combate às AE reacionárias e inclusivamente — onde houver organizações suficiente-

mente grandes — na apresentação de uma lista de estudantes que dispute as eleições para a AE. Acções ainda mais avançadas, como greves de estudantes ou ocupações de faculdades são muitas vezes a única forma de ter vitórias, e sem organizações amplas capazes de desenvolver campanhas de agitação, serão impossíveis.

Onde estas organizações já foram formadas, no entanto, as tarefas dos revolucionários não se tornam mais fáceis. Qualquer organização ampla, além de permitir a entrada de estudantes com diferentes graus de politização, ver-se-á também invadida por todo o tipo de ideias políticas e, por isso, será uma organização pejada de contradições. Os defensores de diferentes ideias, muito naturalmente, discordam das mais variadas formas no rumo que a organização deve tomar e na maneira como deve proceder ao lutar pelos seus objectivos. Em último caso, discordam até em relação aos objectivos.

A forma como os academicistas procuram lidar com estas contradições é silenciando-as. Fazem apelos à “unidade” e ao “apartidarismo”, que mais não são do que a confusão ideológica, normalmente facilitada por mais apelos à “informalidade”. Procuram silenciar todas as referências às lutas de classes e ao que, no seu entendimento, não diz directamente respeito aos estudantes ou, pior, pode “assustar” os estudantes não-politizados. As divergências no seio do movimento, para os academicistas, são resultado de diferentes filiações partidárias e não das contradições reais da sociedade, da sua divisão em classes com interesses an-



Trevor Shaku, militante do CIT e dirigente do Fees Must Fall, é detido após os estudantes sofrerem violenta repressão policial



Estudantes na manifestação contra a precariedade organizada pelo Sindicato dos Estivadores, foto de Minerva Martins

tagónicos.

O que estes arautos da unidade e da informalidade conseguem, assim, é uma débil organização, sem uma publicação própria, sem estatutos, sem órgãos, sem responsáveis eleitos ou sequer eleições, portanto, com uma débil democracia e em constante perigo de desintegração. Nestas condições, a disputa política, o desenvolvimento das diferentes ideias na massa estudantil, é truncada. O movimento dos estudantes torna-se impossível!

O estudante socialista revolucionário opõe-se intransigentemente a estes métodos. O que pretendemos é a construção de organizações de estudantes democráticas onde todas as ideias políticas sejam apresentadas aberta e resolutamente, de tal forma que todos os estudantes possam entendê-las e compará-las. É nossa firme convicção que o estudante de classe trabalhadora, que se sentirá atraído por qualquer organização capaz de lhe apresentar objectivos claros de defesa dos seus interesses, adoptará as ideias socialistas como resultado da própria experiência da luta. De facto, nas circunstâncias de um colectivo democrático, isto será tão natural para o estudante de classe trabalhadora como escolher beber água potável ao invés de água insalubre.

OS PARTIDOS NA UNIVERSIDADE

Os estudantes revolucionários não poderiam de maneira nenhuma opor-se à presença dos partidos nas universidades. Mais

do que tolerá-la, como os social-democratas e liberais, nós defendêmo-la e incentivamo-la. As maiores conquistas da classe trabalhadora foram feitas quando os partidos eram mais presentes na vida quotidiana e, claro, isto incluiu os campi das universidades.

De facto, o revolucionário é aquele que toma partido e que recusa todas as ilusões individualistas. O estudante revolucionário actua colectivamente!

O núcleo do partido, organizando o conjunto dos militantes numa dada faculdade, é indispensável ao desenvolvimento das ideias desses militantes e à sua preparação para uma actuação coordenada, ou seja, colectiva, nas organizações mais amplas onde diferentes ideias se debatem, onde diferentes grupos lutam pelo apoio do maior número de estudantes.

Na JCP, herdeira de uma velha tradição partidária, compreende-se isto muito bem, e os seus membros actuam colectivamente. Os revolucionários que hoje se encontram nas suas fileiras estão, no entanto, a braços com todo o tipo de ideias reformistas e essencialmente com aquilo a que chamamos academicismo. É sua tarefa lutar dentro dos seus núcleos e da sua organização contra estas ideias, exigir a construção de organizações amplas de estudantes e defender a sua manutenção com a máxima democracia — o que implicará sempre alguma “formalidade”.

Aos estudantes revolucionários que militam no BE, muitas vezes resta ainda iniciar as tarefas mais rudimentares da formação de

núcleos nas diferentes faculdades, e tão somente identificar tais necessidades é o suficiente para granjear a hostilidade da ala mais à direita no partido.

Pois bem, enquanto em Portugal não estiver construído um partido revolucionário capaz de organizar sob a sua direcção todos os militantes marxistas, os estudantes revolucionários terão de agir sob constante tensão, chocando por vezes directamente com as suas direcções reformistas.

Não existem atalhos em política.

Por fim, deixaremos que seja Lenin a resumir o essencial da visão marxista sobre o movimento estudantil:

«Uma certa parte dos estudantes quer adquirir uma visão socialista do mundo definida e integral. O fim natural deste trabalho preparatório só pode ser — para os estudantes que querem participar praticamente no movimento revolucionário — a escolha consciente e irreversível de uma das duas tendências que se formaram actualmente no meio revolucionário. Quem protesta contra essa escolha em nome da unidade ideológica dos estudantes, em nome da sua revolucionarização em geral, etc., obscurece a consciência socialista, prega de facto apenas a falta de ideologia. O agrupamento político dos estudantes não pode deixar de reflectir o agrupamento político de toda a sociedade, e o dever de todo o socialista é esforçar-se por conseguir a demarcação mais consciente e consequente possível de grupos politicamente diversos.»

LABOUR: POR UM PARTIDO DOS TRABALHADORES



João Gorizia e Minerva

Será o Labour Party capaz de representar os trabalhadores no Reino Unido e apresentar uma verdadeira alternativa anti-austeridade?

O Labour Party surgiu no ano 1900, opondo-se ao Partido Liberal, como um partido dos sindicatos e da classe trabalhadora, independente da burguesia. Este foi um projecto de sindicalistas, socialistas, mulheres activas na luta pelo direito de voto e movimentos cooperativistas de trabalhadores. Apesar disso, e sobretudo após os 20 anos de liderança de Tony Blair (1994-2007), Gordon Brown (2007-2010) e Edward Miliband (2010-2015), o partido tornou-se um fiel representante da elite capitalista.

UMA LUFADA DE AR FRESCO

Em 2015, assistiu-se à eleição de Jeremy Corbyn como líder do Labour. Corbyn dirigiu-se às bases do partido e à população afectada pelos recentes cortes, privatizações e miséria a que se assiste hoje no Reino Unido com uma mensagem anti-austeridade, de apoio aos direitos sindicais, de defesa de uma educação gratuita e da habitação social.

Esta vitória representou a revolta da classe trabalhadora após décadas de perdas

nos salários e condições de vida. Alterou ainda os termos da discussão política e abriu oportunidades de mudança interna do partido, que poderão ser exacerbadas pela reeleição de Corbyn e pela mobilização em torno da campanha #KeepCorbyn (“mantenham o Corbyn”).

A disputa no interior do Labour, que se tem desenvolvido nos últimos meses, é de classe: entre uma ala direita que protege os interesses dos capitalistas e uma oposição de bases trabalhadoras e jovens que apoiam o programa de Corbyn como alternativa à austeridade.

A ala direita, ainda maioritária nos órgãos de liderança do Labour, proibiu as reuniões locais que decorriam entre os militantes de base e apelou para que os novos 130 000 membros que entraram no partido desde Janeiro — a maioria apoiantes do programa de Corbyn — não tivessem oportunidade de participar nas votações internas. Esta ala, que já mostrou ser capaz de implementar medidas repressivas e anti-democráticas, não irá nunca aceitar as posições anti-austeridade e anti-guerra de Corbyn. Para além disso, não deve ser prioridade para quem diz lutar pelos direitos dos trabalhadores e jovens estabelecer alianças com uma agenda política capitalista.

UM LABOUR ANTI-AUSTERIDADE

Para uma maior democracia no partido, é importante que o Labour retorne à constituição inicial de partido que congregava várias forças organizadas. Essa estrutura federalista possibilitaria hoje a junção de forças que lutam por um programa anti-austeritário, envolvendo não só o Socialist Party (secção inglesa e galesa do CIT), como também o partido dos Verdes e a Coligação Sindicalista e Socialista (TUSC). Possibilitaria, por isso, a participação activa das mais significativas organizações democráticas da classe trabalhadora do Reino Unido — os sindicatos. Apesar da diversidade de grupos e plataformas dentro de um mesmo partido, estas organizações estariam unidas em torno de um programa único progressista.

A possível cisão da ala direita do partido não poria em causa este cenário nem implicaria um desmantelamento do Labour Party. Pelo contrário, seria uma ocorrência benéfica para avançar no sentido da implementação de um programa de esquerda que se apresente como uma real alternativa aos problemas actuais com que se confrontam a classe trabalhadora, os jovens e os sectores proletarizados da pequena burguesia. Seria também um gigantesco passo rumo à construção de um partido de massas dos

trabalhadores enquanto espaço de discussão e organização para superar o capitalismo e desenvolver uma sociedade democrática e socialista.

As próximas eleições para a liderança do Labour irão decorrer até ao dia 21 de Setembro. Ao contrário das declarações e interesses da ala direita, é mais do que provável que Corbyn ganhe as eleições internas e, posteriormente, alcance ainda um resultado favorável nas eleições gerais mantendo o seu programa.

Mas para que um programa anti-austeridade seja realmente implementado aos vários níveis de intervenção do partido — sindical, local e parlamentar — é preciso que os representantes eleitos não sabotem as indicações das bases e da direcção de Corbyn, como tem acontecido até agora. Todos os deputados e vereadores municipais e locais que se recusem a implementar medidas anti-austeridade ou a lutar por elas e que continuem a seguir a política anti-sindical dos blairistas devem sofrer um processo de re-selecção obrigatória. Este processo significa serem destituídos do seu cargo para que sejam eleitos no seu lugar militantes do Labour dispostos a executar um programa pró-classe trabalhadora e anti-austeridade.

A DIREITA ENTRISTA

Contra as várias acusações recentes dirigidas ao Socialist Party (CIT), de “entrismo trotskista” como obstáculo ao desenvolvimento do Labour, respondemos que o esvaziamento de centenas de milhares de membros e de cerca de cinco milhões de eleitores durante os anos catastróficos pró-capitalistas do blairismo é que constituiu um problema. Por outro lado, a tendência Militant dentro do Labour, antecessor do Socialist Party, teve um papel fundamental na vitória do Conselho Municipal de Liverpool e no movimento de massas que se organizou contra o governo conservador de Thatcher nos anos 80, antes da expulsão do Militant do Labour Party.

Curiosamente, a ala direita acusa o Socialist Party de querer ser “um partido dentro de um partido”. Mas quando deputados blairistas votam a favor dos cortes, da guerra e das privatizações e desrespeitam a vontade

das bases, não serão eles um partido dentro do Labour?

Uma reestruturação interna do Labour Party é necessária para que o partido possa voltar a ter um impacto decisivo na vitória de futuras batalhas da classe trabalhadora.

PERIGOS E POSSIBILIDADES

A vitória de Corbyn abrirá um novo capítulo para a luta de classes, com claras implicações para o resto da Europa. As várias greves e protestos anti-austeridade sairão reforçados com esta eleição e os jovens, que compõem a maioria deste novo Labour estarão na frente desse movimento. Este é, sem dúvida, um passo importante na reconstrução de um movimento dos trabalhadores democrático e combativo, que corte com as antigas burocracias sindicais e que volte a colocar as ideias socialistas na ordem do dia.

No entanto, a vitória de Corbyn também fará aumentar a resposta do capitalismo e seus representantes. Por um lado, aumentará a guerra civil dentro do Labour com o boicote sistemático do programa anti-austeridade e com as perseguições a Corbyn e à sua equipa; por outro lado, aumentará a pressão para a conciliação de Corbyn ou de alguns elementos de esquerda com o establishment numa tentativa de isolar o movimento. Existe ainda o perigo de capitulação de Corbyn, observado no caso do Syriza de Tsipras — que hoje aplica um pacote de austeridade duríssimo sobre os trabalhadores gregos — e no caso de Bernie Sanders, que apoia a candidata de Wall St. e da guerra, Hillary Clinton.

Apesar disso, é necessário notar que o Labour Party tem uma estrutura que, se bem utilizada, poderá dificultar um eventual recuo de Corbyn. Ao contrário do Partido Democrata que praticamente não tinha bases antes de Sanders, e do Syriza, cujo modelo de organização interna é essencialmente “movimentista” e sem células de base onde as massas possam intervir, o Labour tem as estruturas necessárias para exercer algum controlo e pressão de base. Apesar de altamente controladas pelos burocratas, existem secções locais do Labour onde os militantes podem eleger representantes locais, delegados ao congresso do partido, o

que permite uma actividade democrática na base. Foi por isso que parte das reuniões destas secções foram suspensas — tentou-se conter as bases. Reclamando estas secções como verdadeiros órgãos de base é possível politizar e organizar dezenas de milhares de trabalhadores e jovens recém-chegados. E organizando esta massa, é possível utilizá-la para pressionar Corbyn para a esquerda.

DAR CONTINUIDADE AO VOTO PELO BREXIT, POR UMA VIA SOCIALISTA E INTERNACIONALISTA

Após uma vitória do Brexit no referendo sobre a permanência ou saída do Reino Unido da União Europeia, o establishment capitalista está novamente a ser abalado pelo movimento alargado de apoio à orientação anti-austeritária e pró-classe trabalhadora de Corbyn. Foram organizados os maiores comícios das últimas décadas, em cidades como Liverpool, Hull, Leeds ou Bristol. O Reino Unido é, por isso, um dos centros actuais do desenvolvimento da luta de classes na Europa e no mundo.

Apesar da concessão de Corbyn à direita do Labour na defesa de uma anterior campanha pelo “Remain”, é fundamental que este, após ser reeleito como líder do Labour, dê continuidade às perspectivas de melhoria significativa das condições de vida da classe trabalhadora e jovens britânicos, apenas concretizáveis através de uma saída da União Europeia. A contribuição de Corbyn neste sentido será fundamental para combater as expressões nacionalistas, racistas e xenófobas que se manifestaram durante o processo de campanha. Deve reivindicar o espaço da revolta para a esquerda, não permitindo que os campos da direita populista e extrema-direita continuem a mobilizar o descontentamento das massas populares.

É necessário insistir na batalha contra as forças capitalistas, dentro e fora do Labour, que hoje procuram oportunidades de reverter a votação do referendo por uma saída do Reino Unido da UE. Desta forma, com uma abordagem socialista e internacionalista da saída, possibilita-se o desenvolvimento de movimentos anti-UE em vários outros países-membro, como Portugal.

ASSINALANDO OS 80 ANOS DA REVOLUÇÃO ESPANHOLA

Luís Sombreiro

A revolução espanhola de 1931 - 1939 é um período de luta de classes em que a análise das forças em conflito e das decisões tomadas pelos diferentes partidos políticos da altura são importantes para perceber a dinâmica da luta de classes, até nos dias de hoje. É preciso analisar esse período, que inclui a guerra civil espanhola (1936 - 1939), numa perspetiva que vai para além de uma luta militar contra o fascismo, mas vendo-o como um período de revolução e contra-revolução, de balanço de forças e conflitos de classe.

CONDIÇÕES QUE LEVARAM À REVOLUÇÃO ESPANHOLA

A Espanha era uma ditadura durante a 1ª guerra mundial. Os anos subsequentes à guerra geraram as condições objetivas na economia e na estrutura social do país que contribuíram para o despoletar da revolução. Os grandes desenvolvimentos industriais por todo o país que, durante a guerra, ajudaram a Espanha, então neutra, a desenvolver a sua economia, estavam dependentes da procura externa. Após a guerra, quando estes mercados estrangeiros desapareceram, a situação económica piorou bastante. O aumento do preço das mercadorias diminuiu o poder de compra. A década de 30 é caracterizada pelo período de grande depressão económica (chamada a Grande Depressão) que acaba apenas com a Segunda Guerra mundial.

O aumento da industrialização em Espanha levou à proletarização de uma parte dos trabalhadores, que até à altura eram maioritariamente camponeses. Este foi um importante ponto de viragem. Os trabalhadores espanhóis, durante o século XIX, participaram nas várias revoluções, ou pronunciamentos, mas sempre seguindo as reivindicações da burguesia. Citando Leon

Trotsky no seu panfleto A Revolução em Espanha, “Todas as revoluções espanholas”, até à altura, “eram o movimento de uma minoria contra outra minoria: a classe dominante e a classe semi-dominante a roubar impacientemente o bolo do estado das mãos uns dos outros”. O início do século XX foi marcado por greves e lutas, como o confronto entre o exército e a classe operária na Catalunha, em 1909 (chamada a Semana Trágica), e a grande greve geral em 1917 (após a Revolução Russa). Os problemas de Espanha não conseguiam ser resolvidos pelas reivindicações da burguesia, e o proletariado começava a perceber isso.

O potencial revolucionário dos trabalhadores, acumulado ano após ano, através das adversas condições de vida dos trabalhadores espanhóis e da sua proletarização, foi libertado em 1931, com o início da revolução espanhola. A palavra de ordem era o fim da ditadura e a instauração da república.

INÍCIO DA REVOLUÇÃO

Em 1931, grande parte da população era pobre e com poucos meios de subsistência. O processo começa com a grande vitória dos partidos republicanos e socialistas nas eleições municipais em 1931. O Rei abdica do poder e exila-se. Inicia-se a segunda república, declarada pelo capitalista republicano Manuel Azaña. No entanto, a república não conseguiu trazer uma melhoria significativa das condições de vida da população, dado que as antigas relações de produção não foram modificadas. Uma amostra do atraso em que se encontrava Espanha é o facto de 70% da população trabalhar na terra, da qual dois terços eram latifúndios, maior parte da propriedade da igreja católica. Era necessária uma nacionalização destas propriedades, para uma eficaz divisão do trabalho. Mas isso os partidos capitalistas não foram capazes de fazer. Apesar de algumas

reformas introduzidas pelos republicanos, seguiu-se uma grande onda de greves e lutas, tanto nesse sector como em muitos outros pelo país.

Assim, nas eleições de 1933, os partidos do governo perderam as eleições. Tomou o poder o partido monárquico. Muitas das reformas apresentadas pelos republicanos são revertidas, e aumenta a austeridade. Aumentam as greves e lutas da classe trabalhadora e do campesinato. É durante este período que se forma, como reacção ao governo, a comuna das Astúrias, que é esmagada pelo exército sob o comando do general Franco, com mais de 5000 mortos e 30 mil feridos. A situação abre o caminho para a eleição da Frente Popular em 1936.

ELEIÇÃO DA FRENTE POPULAR E A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

A Frente Popular (FP) era uma coligação entre o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), o Partido Comunista de Espanha (PCE), o POUM (Partido Operário de Unidade Marxista, mais tarde expulso), anarquistas e outros partidos republicanos e nacionalistas pró-capitalistas.

Tendo aprendido com os últimos 5 anos, a classe trabalhadora não esperou por reformas do novo governo. Ocorreram mais de 200 greves espalhadas por várias cidades e, no espaço de meses, mais de uma centena de greves gerais. Os trabalhadores sanearam os chefes e patrões fascistas, implementaram a semana de 44 horas e a readmissão de trabalhadores despedidos e libertaram 30 mil presos políticos. A resposta da burguesia para defender o seu sistema teria de passar pela tomada do poder por meios anti-democráticos. Em Julho de 1936, o General Franco liderou o exército fascista contra o governo da frente popular e os trabalhadores que o apoiavam. Com a experiência da comuna das Astúrias e dos anos de repressão que lhe seguiram, centenas de milhares de trabalhadores espanhóis saíram às ruas, sobretudo na Catalunha, exigindo armas ao governo para lutar contra o pronunciamento fascista. No entanto o governo ignorou este pedido.

Neste período de 9 anos de revolução e contra-revolução, a Guerra Civil Espanhola,

la, que ocorreu de 1936 a 1939, foi a época mais sangrenta, causando mais de 200 mil mortos (Espanha tinha uma população de cerca de 24 milhões de pessoas). As relações económicas com os outros países tiveram um papel importante no desenrolar da guerra. As democracias capitalistas estrangeiras nada tinham a ganhar ao apoiar qualquer um dos lados da guerra civil. Apesar da posição de Franco ser fascista e anti-democrática, pois era contra os republicanos eleitos em 1936, a posição que as democracias capitalistas tomaram foi uma de “neutralidade” (exemplo o Pacto Franco-Britânico de não intervenção, em Agosto de 1936). Esta devia-se ao grande medo que tinham de uma revolução socialista em Espanha, que podia espalhar-se aos seus países.

DERROTA DA FRENTE POPULAR

A grande lição a aprender com a revolução espanhola para a prática dos dias de hoje passa por perceber os falhanços da FP.

Precisamente um ano antes do início da guerra civil espanhola, a Internacional Comunista define a sua estratégia para alianças nos tempos seguintes, a Frente Popular, que ditou a política de alianças dos partidos comunistas por todo o mundo. Esta é apresentada como necessidade da máxima unidade anti-fascista, não só com as restantes correntes de esquerda, mas com elementos progressistas da burguesia. A estratégia da FP seria, então, ganhar para o lado anti-fascista os partidos capitalistas mais progressistas e a burguesia supostamente democrática, reivindicando medidas que nunca fossem além do permitido dentro do sistema capitalista. Por exemplo, em Espanha, o objetivo da Frente Popular seria agradar a uma parte da burguesia para ter o seu apoio no combate ao emergente fascismo de Franco, e evitar que esta o apoiasse. Na verdade, a FP serviu para travar a revolução em Espanha e noutros países e para mostrar aos dirigentes das democracias capitalistas que tinham em Estaline e na burocracia da URSS aliados em quem confiar.

Esta estratégia teve resultados desastrosos. A ideia de que era necessário preservar a união com os partidos capitalistas, abandonando o socialismo e a abolição da propriedade privada vinha principalmente

do próprio PCE. O PCE converteu-se na vanguarda da contra-revolução, no maior promotor da abolição das milícias operárias e da maior repressão contra outras forças de esquerda, que se opunham à política do PCE, nomeadamente o POUM.

Os anarquistas, com uma força de mais de 1 milhão de trabalhadores sindicalizados na CNT (Confederação Nacional do Trabalho), também parte da FP, apesar de terem condições para tomar o poder em Julho de 1936, não o tomaram pois não acreditavam que a solução pudesse estar na tomada do poder do estado, mas sim na sua abolição. Não perceberam a diferença entre o estado burguês, conciliador de classe, e o possível estado operário, que lideraria o proletariado na sua tarefa revolucionária, extinguindo-se à medida que a democracia proletária começaria a funcionar. Na prática, a falta de compreensão do que é o estado e o que são as tarefas revolucionárias, levou-os a permitir ao estado burguês restaurar-se, reforçar-se e exercer as suas funções repressivas e contra-revolucionárias, o que levou em 1939 ao triunfo completo do fascismo.

Na falta de um programa revolucionário claro, os líderes dos trabalhadores vacilavam entre reforma e revolução. Eventualmente os capitalistas tomaram o controlo do poder estatal e reverteram as conquistas revolucionárias. Apesar da coragem e determinação da classe trabalhadora espanhola e do apoio internacional de milhares de trabalhadores que se uniram nas chamadas Brigadas Internacionais, a falta de um partido revolucionário determinou a vitória do fascismo na guerra. A Espanha torna-se o palco de uma guerra clássica, onde um campo se encontra numa situação de inferioridade militar e técnica. O calvário dura até 1939 e termina com inúmeros sofrimentos e execuções e a vitória

definitiva de Franco. Após a vitória de Franco, instaurou-se uma ditadura que duraria 36 anos, até à sua morte em 1975.

A FRENTE POPULAR HOJE

Apesar de hoje as condições de muitos países não serem as mesmas que as de Espanha na altura, existe uma lição a manter: que um programa revolucionário deverá entrar em conflito direto imediato com as relações de propriedade existentes.

Muitos partidos de esquerda nos dias de hoje têm um programa apenas de reformas ao sistema existente. Vêem a transição para o socialismo ou como uma aproximação utópica por via de reformas ou como uma sequência de etapas, em que primeiro se estabiliza uma democracia capitalista de alguma forma progressista e só num futuro incerto é que os trabalhadores se podem organizar para abolir o capitalismo. Não são revolucionários, porque, de forma semelhante à FP, mas adaptada para os dias de hoje, ao coligarem-se com partidos capitalistas, criam uma relação de cedência no seu programa para que essa coligação possa existir. Não têm um programa de transição que entre em confronto com o sistema capitalista e indique o caminho para a sua abolição e para a construção do socialismo. Em concreto, um partido revolucionário hoje teria de trabalhar para aumentar a consciência de classe dos trabalhadores, apoiar as lutas concretas e greves existentes e fomentar o poder democrático dos trabalhadores. Através da experiência da revolução espanhola, podemos aprender que numa revolução proletária, um partido deverá ter um programa claro e deverá ter a base da sua política na acção das massas, e não na cedência do seu programa a interesses capitalistas.



A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.6 SET / OUT '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00

Foto de Paulo Pimenta, Público



CONTROLO DEMOCRÁTICO NA CAIXA É NECESSÁRIO!

João Gorizia

Depois de ser uma bóia de salvação dos desaires da banca privada portuguesa durante os últimos anos, e de ter sido durante décadas um sorvedouro de dinheiro dos trabalhadores para clientelas políticas e corporativas, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) serão agora chamados a pagar a factura, primeiramente, com os seus postos de trabalho.

Um dos desafios apontados à nova administração da CGD é precisamente a redução de até 3000 funcionários, podendo gastar para o efeito até 700ME em rescisões amigáveis e reformas antecipadas. Este enorme despedimento colectivo é apenas um acelerar do que já tinha vindo a ser feito nos últimos anos, com uma diminuição do número de funcionários e agências um pouco por todo o país.

CONTROLO PÚBLICO AO SERVIÇO DO PRIVADO

Não basta que a tutela da CGD seja estatal para que automaticamente esta tenha o objectivo de prestar um serviço público de qualidade. As sucessivas administrações, constituídas por reputados gestores e administradores que alternam entre o público e o privado, e os sucessivos Governos, provam o contrário. É portanto necessário que os trabalhadores da Caixa reclamem uma gestão democrática que responda, quer aos seus direitos enquanto trabalhadores, quer às necessidades de serviço público que um banco deveria ter na nossa sociedade.

NENHUM DESPEDIMENTO!

Os trabalhadores da CGD não são descartáveis, eles são precisos para que a Caixa consiga oferecer um serviço

público adequado. Devemos, isso sim, exigir a contratação de mais trabalhadores e a reabertura dos balcões encerrados nos últimos anos, sempre que estes forem necessários às populações locais. Uma luta de base contra os despedimentos, que envolva os utentes, deve não só definir um plano de acção, mas também começar a discutir em que moldes o banco deverá ser gerido.

POR UMA BANCA PÚBLICA E DEMOCRÁTICA

Para que a banca seja um serviço público, a CGD enquanto único banco estatal não é suficiente. Enquanto existir banca privada, virada para a acumulação com base na especulação, esta constitui um risco sistémico que não podemos aceitar. Não basta nacionalizar os prejuízos, já pagámos a banca, agora temos de a controlar!